

ANTECEDENTES DA ADMINISTRAÇÃO I: O LEGADO ESQUECIDO DAS EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS

FRANCISCO FONSECA¹

ESTE ARTIGO, assim como o que o se seguirá no próximo número da *Rebap*, objetiva analisar algumas experiências históricas postadas “à esquerda” no espectro ideológico no que tange à administração do aparelho do Estado. Neste primeiro artigo analisaremos como o tema da administração foi importante na experiência da Comuna de Paris, em 1871. Já o próximo artigo analisará a mesma questão num momento ainda mais decisivo — a Revolução Russa —, cuja tarefa primordial era criar um novo Estado em novas bases.

Tomaremos, para tanto, o escrito-chave de Marx sobre a Comuna: a obra *Lutas de Classe em França*. Procuraremos analisar o problema da administração e a preocupação com esse tema na experiência da Comuna e nos escritos de Marx e Engels. Nosso argumento central é que o pensamento postado “à esquerda” foi perdendo espaço quanto ao debate sobre gestão e administração para conservadores e (neo)liberais que, sobretudo no século XX, tomaram para si a reflexão e predições acerca da condução do aparelho do Estado. Queremos, com isso, demonstrar que pelo menos desde a experiência da Comuna essa preocupação é inerente ao movimento socialista.

A experiência da “Comuna de Paris”

Não é o propósito deste artigo recontar a histórica da Comuna de Paris, assim como suas razões e embates, até porque tais fatos, embora

¹ Professor de Ciência Política no curso de Administração Pública da FGV/São Paulo. Autor do livro *O Consenso Forjado — a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005, além de diversos artigos e capítulos de livros sobre a relação entre Estado e neoliberalismo.

controversos, são sobejamente conhecidos.² Interessa-nos, pois, analisar como a experiência da Comuna enfrentou o problema da administração e da gestão do aparelho de Estado. Para tanto, algumas medidas tomadas necessitam ser sumarizadas. Segundo Engels:

A 30 [de abril], a Comuna suprimiu o serviço militar obrigatório e o exército permanente, reconhecendo a Guarda Nacional como a única força armada, à qual deviam pertencer todos os cidadãos válidos. *Isentou os pagamentos de aluguel de moradias de outubro de 1870 até abril de 1871*, abolindo para futuros pagamentos de aluguéis as importâncias já recolhidas, e suspendeu a venda de objetos empenhados nos estabelecimentos municipais de empréstimos. No mesmo dia foram confirmados em seus cargos os estrangeiros eleitos para a Comuna, pois “a bandeira da Comuna é a bandeira da República mundial”. A 1.º de abril foi decidido que *o salário mais elevado de um funcionário da Comuna, e portanto de seus próprios membros, não podia exceder de 6 mil francos* [. . .]. No dia seguinte a Comuna decretou a separação da Igreja e o Estado e a supressão de todas as subvenções do Estado para fins religiosos, declarando propriedade nacional todos os bens da Igreja; em consequência, foi dada ordem, a 8 de abril, para que se retirassem das escolas todos os símbolos religiosos, imagens, dogmas, orações; em uma palavra, “tudo o que esteja na órbita da consciência individual”, ordem que foi sendo posta em prática pouco a pouco. [. . .] No dia 16 de abril, a Comuna *ordenou que se fizesse um recenseamento estatístico de todas as fábricas fechadas pelos patrões e se preparassem os planos para o reinício de sua atividade pelos operários que nelas trabalhavam, organizados em associações cooperativas*, assim como se projetasse também a organização de todas essas associações numa grande federação. No dia 20 a Comuna *declarou extinto o trabalho noturno dos padeiros e suprimiu também as agências de emprego* que [. . .] eram um monopólio de certos indivíduos escolhidos pela polícia, exploradores da pior espécie dos operários. [. . .] A 30 de abril, *ordena a supressão das casas de penhor*, basean-

² Note-se apenas que a Comuna foi uma experiência complexa, pois a França estava dominada pelo exército prussiano, o governo francês de então resignou-se à colaboração e Paris apresentava-se como uma “ilha de resistência” — a Comuna operária, embora dividida entre grupos distintos, tais como anarquistas, sindicalistas e outros. Embora tenha durado pouco, suas lições devem ser examinadas detidamente nos dias de hoje.

do-se em que eram uma forma de exploração privada dos operários, em contradição com o direito que tinham de dispor de seus instrumentos de trabalho e de crédito. A 5 de maio terminou a demolição da Capela Expiatória, erigida para reparar a execução de Luís XVI.

[. . .] Uma boa parte de seus decretos [dos operários que compunham a Comuna] eram reformas que a burguesia republicana não se atrevera a implantar por vil covardia e que lançavam os fundamentos indispensáveis para a livre atuação da classe operária, como por exemplo a implantação do princípio de que, com relação ao Estado, a religião não é senão um problema de foro íntimo; outros tinham o objetivo de salvaguardar diretamente os interesses da classe operária, algumas vezes mesmo abrindo profundas brechas na velha ordem social. Mas tudo isso, numa cidade sitiada, não podia ir além de um início de realização (F. Engels. Introdução à Guerra Civil em França, 1891, de K. Marx. In: Karl Marx & Friedrich Engels. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, 1975, pp. 162 e 163, ênfases nossas).

Esta longa passagem expõe um conjunto de medidas tomado pela Comuna de Paris voltado à requalificação da administração parisiense, vigentes nos pouco mais de dois meses da Comuna, que dessa forma fora tornado um “Estado dentro do Estado-Nação francês”. Embora se refiram a grandes decisões políticas voltadas aos operários enquanto classe — procurando assim alterar a forma de ser do Estado burguês —, tais medidas necessariamente procuraram reorganizar o aparelho de Estado, mesmo que em âmbito local.

Observe-se que algumas medidas, tais como a laicização do Estado, a supressão do instituto da penhora e das agências de emprego, implicam decisões políticas voltadas diretamente à mudança na maneira de ser do Estado, seu *modus operandi*, tendo em vista a supressão do que Marx e Engels chamavam do “Estado como comitê executivo da burguesia”. Seriam germens de um novo — possível — Estado que ali estaria se desenhando, Estado esse que prepararia as bases para sua própria extinção. Outras medidas tomadas, como a proibição do trabalho noturno de determinadas categorias profissionais, notadamente os padeiros, e o estímulo às cooperativas de trabalhadores diziam respeito à lógica operária, sobretudo suas demandas, que estavam por trás da Comuna, cujo aparato legal e a Administração Pública deveriam responder. Mas é a equiparação salarial dos

funcionários públicos — mesmo que circunscritos a Paris durante a Comuna — é, sem dúvida, a medida mais importante no que tange ao enfrentamento do tema “administração”, que mais nos interessa neste artigo. Note-se que tal equiparação retiraria do funcionário público qualquer supremacia — em termos de saber, de poder e de remuneração — em relação aos operários, até porque poderiam ser removíveis (os funcionários) a qualquer tempo pelos próprios operários. O fato significativo a ressaltar refere-se à proposição de uma nova forma de operar da Administração Pública, no contexto de uma revisão radical do Aparelho de Estado,³ que remonta então aos grandes eventos incitados pelos movimentos sociais no século XIX.

Dessa forma, analisar as implicações da maneira como se estrutura e opera a Administração, notadamente em seu veio público, ajuda-nos a lançar luz ao problema da administração no mundo contemporâneo.⁴ Neste, o chamado “gerencialismo” adquire enorme proeminência, pois nascido na empresa privada e espreado à esfera pública, estatal, e autodefinido como um conjunto de “técnicas” capaz de garantir “eficácia” e “eficiência”, entendidas essas na direção e na lógica capitalista, a ponto de se tornarem inquestionáveis. A hegemonia neoliberal das décadas de 1980 e 1990 — agora em crise devido ao estouro da “bolha imobiliária” dos EUA, ponta do *iceberg* do capitalismo financeirizado internacional — enfatizou à exaustão que os princípios gerenciais deveriam definir a própria maneira de ser do Estado. O pensamento postado à esquerda — reitere-se — deixou de se tornar um interlocutor, pois, por motivos diversos — tais como a ênfase nos fins do Estado, e não nos meios de chegar a eles, e a

³ Embora não seja possível extrair muitos elementos do que seria essa nova Administração Pública, tendo em vista seu pouco tempo de existência, é significativo a preocupação em reformar tal aparelho tendo em vista: *a*) criar um Estado transitório ao socialismo, a chamada “ditadura do proletariado”, cuja tomada do Aparelho do Estado era essencial; e *b*) lançar as bases para o que seria o comunismo: a sociedade sem a propriedade privada dos meios de produção e consequentemente sem classes sociais e sem Estado. Essa preocupação com a forma de ser do Estado, em sentido lato, e com seu Aparelho — portanto, com o conteúdo e com a forma do Estado —, lança luz ao argumento central deste artigo: que o pensamento e as experiências postados “à esquerda” no espectro ideológico dedicaram atenção ao problema da “administração” e da “gestão”, mas, por motivos diversos, foram deixados em segundo plano no século XX.

⁴ Note-se que a administração privada é igualmente importante à nossa reflexão tendo em vista os elementos ideológicos que estão por trás do aparentemente simples ato de administrar processos e pessoas. Tais elementos envolvem poder, visão de mundo, interesses e moldam a direção das empresas capitalistas. São, contudo, ideologicamente associados a posturas neutras, a ideológicas, como se administrar e gerir não representasse o exercício do poder e da dominação tendo como foco os “meios”. Para os objetivos deste artigo, entretanto, nossa reflexão será circunscrita ao exercício da Administração Pública.

predominância das ideias neoliberais, notadamente em sua crítica ao crescimento da burocracia do Estado no pós-Segunda Guerra, entre outros —, os conservadores/neoliberais definiram os termos da agenda e do debate acerca da administração, como se não houvesse outras propostas, outros caminhos e outras lógicas. O legado da Comuna nos faz resgatar justamente essas outras experiências, advindas de outras premissas e matrizes. Vejamos a seguir como Marx e Engels avaliaram essa experiência.

O significado da Comuna de Paris por Marx e Engels

A Comuna teve de reconhecer, desde o primeiro momento, que *a classe operária ao chegar ao poder não pode continuar governando com a velha máquina do Estado*; que para não perder de novo a sua dominação recém-conquistada, a classe operária deve, de um lado, abandonar toda a velha máquina repressiva até então utilizada contra ela e, de outro, *prevenir-se contra os seus próprios mandatários e funcionários, declarando-os demissíveis, a qualquer tempo e sem exceção* (Ibidem, p. 166, ênfases nossas).

[. . .] Em realidade, o Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, tanto na República democrática como sob a monarquia; e, no melhor dos casos, um mal que se transmite hereditariamente ao proletariado triunfante em sua luta pela dominação de classe. Como fez a Comuna, o proletariado vitorioso não pode deixar de amputar imediatamente, na medida do possível, os aspectos mais nocivos desse mal, até que uma futura geração, formada em circunstâncias sociais novas e livres, possa desfazer-se de todo desse velho traste do Estado (Ibidem, p. 167).

O prefácio de Engels à edição de 1891 do livro *Guerra Civil em França* reafirma a importância da experiência da Comuna de Paris com o fim de reformar a máquina do Estado, isto é, seu Aparelho político/administrativo. Embora o objetivo seja a revolução socialista — instaurar progressivamente uma nova sociedade —, o tema da reforma do Aparelho do Estado não pode ser visto apenas nessas situações radicais.⁵ É nisso que o legado da Comuna de Paris precisa ser resgatado. Afinal, no curto período

⁵ O termo *radical* é aqui utilizado em seu sentido estrito: ir à raiz do fenômeno; no caso, o modo de produção capitalista.

em que foi vigente, os trabalhadores que tomaram Paris — suas armas, sua burocracia e seus negócios — intentaram reformas político/administrativas e que impactaram a gestão da coisa pública. A demissão *ad nutum* dos funcionários públicos, que seriam todos elegíveis e com salários semelhantes aos dos operários, é, por si só, uma mudança de gestão do Aparelho do Estado que tem como implicação a própria natureza do Estado moderno. Embora não se possa transportar esses tópicos para o atual Estado capitalista contemporâneo, em razão de sua complexidade e de seus limites estruturais, o fato é que não apenas a questão da administração (entendida como organização estrutural da produção e do poder) e da gestão (aplicação operativa da estrutura organizativa) estava colocado na curta experiência da Comuna, como deve iluminar o debate acerca da Administração Pública nos dias de hoje. Nesse sentido, a Administração deve ser vista rigorosamente como Política.

Para Marx, a experiência da Comuna seria instrutiva para se pensar num novo mundo e, antes que este se realizasse, cumpriria duas funções, deduz-se: exteriorizar a dominação do Estado capitalista — centralização autoritária, falsas instituições democráticas, governos caros e separados dos pobres, Estado burguês com aparência de universal, entre outras características ocultadoras da realidade — e apresentar os germens de um novo mundo, paulatinamente socialista e comunista, pois:

O poder estatal, que aparentemente flutuava acima da sociedade, era de fato o seu maior escândalo e o viveiro de todas as suas corrupções. [...] Por isso [a garantia dos interesses burgueses, tomados como universais, pelas forças armadas], o primeiro decreto da Comuna foi no sentido de suprimir o exército permanente e substituí-lo pelo povo armado.

A Comuna era composta de conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade. *Eram responsáveis e substituíveis a qualquer momento. A Comuna devia ser, não um órgão parlamentar, mas uma corporação de trabalho, executiva e legislativa ao mesmo tempo.* Em vez de continuar sendo um instrumento do governo central, *a polícia foi imediatamente despojada de suas atribuições políticas e convertida num instrumento da Comuna, responsável perante ela e demissível a qualquer momento. O mesmo foi feito em relação aos funcionários dos demais ramos da*

administração. [. . .] Os interesses criados e as despesas de representação dos altos dignitários do Estado [os funcionários públicos e as autoridades] desapareceram com os próprios altos signatários. Os cargos públicos deixaram de ser propriedade privada dos testas de ferro do governo central. Nas mãos da Comuna concentrou-se não só a administração municipal, mas toda iniciativa exercida até então pelo Estado.

[. . .] [foram] suprimidos o exército permanente e a polícia, que eram os elementos da força física do antigo governo [. . .] *Todas as instituições de ensino foram abertas gratuitamente ao povo [. . .] e [. . .] emancipadas de toda intromissão da Igreja e do Estado.*

Os funcionários judiciais deviam perder aquela fingida independência [. . .]. Assim como os demais funcionários públicos, os magistrados e juizes deviam ser funcionários eletivos, responsáveis e demissíveis. [. . .] As comunas rurais de cada distrito administrariam seus assuntos coletivos por meio de uma assembleia de delegados na capital do distrito correspondente [. . .] todos os delegados seriam substituídos a qualquer momento e comprometidos com um mandato imperativo (instruções) de seus eleitores. [. . .] (Karl Marx. A Guerra Civil na França. In: Karl Marx & Friedrich Engels. Textos. São Paulo: Edições Sociais, 1975, pp. 196, 197 e 198, ênfases nossas).

[. . .] *A Comuna converteu numa realidade essa palavra de ordem das revoluções burguesas, que é um “governo barato” ao destruir os dois grandes fatores de gastos: o exército permanente e a burocracia do Estado. [. . .] A Comuna dotou a República de uma base de instituições realmente democráticas. Mas nem o “governo barato” nem a “verdadeira República” constituíam sua meta final. Não eram senão seus corolários (Ibidem, p. 199, ênfases nossas).*

O significado da Comuna para Marx dá-se, portanto, em dois níveis: o sentido do Estado, seus fins, que teriam sido subvertidos em prol dos interesses dos operários; e os meios pelos quais o Estado opera tais fins: no Estado burguês seria pela forma de aparente democracia que, contudo, esconderia seu verdadeiro caráter de classe. Daí a reversão da Administração, da Gestão, do Aparelho do Estado ocupar a primeira grandeza em sua arguta análise.

Ao lado da universalização e da laicização da educação, de uma nova configuração do sistema representativo, da destituição de uma força armada separada dos cidadãos comuns, entre outros aspectos anteriormente salientados, que se voltam fundamentalmente aos objetivos de um Estado transitório — a ditadura do proletariado que prepararia as bases para uma outra sociedade, cujo Estado definharia —, encontra-se paralela e imediatamente a tarefa de reformar o Aparelho de Estado e sua Administração. Mesmo que transitoriamente, dado que o projeto revolucionário implicava a abolição do Estado — visto como sustentáculo da propriedade e das classes —, a revisão da estrutura administrativa e de seu *modus operandi* estava plenamente colocada tanto por Marx como por Engels. Tal presença aparece em duas temporalidades: a transitória (ditadura do proletariado), cuja Comuna seria o primeiro exemplo na História; a futura, dado que as experiências revolucionárias do século XIX estariam configurando a nova modelagem da sociedade socialista. Daí a experiência de 1848 mas sobretudo e indubitavelmente a da Comuna em 1871. Quanto a esta, apesar de sua trágica, brutal e sangrenta derrota militar, sua experiência foi vista como uma prévia, um ensaio tanto dos momentos de transição ao socialismo — daí a possibilidade de destituição dos próprios magistrados, por exemplo — quanto da futura sociedade socialista. Assim, a discussão acerca do Aparelho do Estado circunscreve-se aos momentos transitórios, mas ainda assim são fundamentais como agenda de preocupação de Marx e Engels e tantos outros que objetivaram transformar radicalmente a sociedade. A questão de um “governo barato”, afirmado com certa ironia por Marx, expressa justamente esse aspecto.

Na futura sociedade socialista vários aspectos provenientes da ditadura do proletariado seriam tomados como factíveis: representantes elegíveis e demissíveis, ausência de privilégios, a começar pelo salário — que, reiterar-se, seria igual ao de um operário; inexistência de um corpo policial armado separado do cidadão comum; direitos sociais universais, a começar pela educação; uma burocracia minimizada, dado o princípio da progressiva “autogestão”; e sobretudo o domínio do operário sobre seu próprio trabalho e dos frutos da riqueza produzida.

Essa perspectiva renova o sentido da administração para o pensamento “à esquerda” no espectro, e o traz para o mundo contemporâneo, como veremos a seguir.

A Administração Pública contemporânea

O mundo contemporâneo, desde o pós-Segunda Guerra Mundial, vem transformando-se muito rapidamente e tais transformações têm como premissa o crescimento do Estado social e das funções como um todo do aparato estatal. Em razão disso — mesmo com a crítica conservadora do neoliberalismo —, o papel das burocracias estatais e das funções do Estado ocupam permanentemente a agenda de preocupações modernas, embora em direções não confluentes. Ainda assim, o que importa é ressaltar como o problema do Aparelho do Estado, sua administração e gestão, é crucial.

Nesse sentido, politizar o tema da Administração — na perspectiva de uma Administração Política, tal como a da Economia Política, por exemplo — é fundamental, pois enfrentar os problemas advindos da Administração Pública, que advêm do controvertido papel assumido pelo Estado contemporâneo (Claus Offe, 1984), torna-se crucial ao debate político atual.

Embora o Estado contemporâneo não esteja a serviço de uma única classe, em razão da extensão dos direitos civis, políticos e humanos; da possibilidade da participação do cidadão comum na vida política, por diversos meios; da vigência do Estado de Direito Democrático, que em tese trata a todos de forma igualitária perante a lei; da crescente ampliação do Estado social, cujos direitos sociais se tornam universalizados; entre outros aspectos, apesar dessas conquistas, o fato é que o Estado é determinado estruturalmente pela produção privada, que é seu ponto de referência, e pela necessidade de coletar impostos pelo crescimento da economia (Claus Offe, 1984). Em outras palavras, há uma linha limítrofe um tanto quanto tênue entre a determinação (privada) ao qual o Estado se submete, e a autonomia relativa da ação política: existência de políticas públicas, voto como mecanismo relativo de legitimidade e investidura ao poder formal, possibilidade de alterar — pela lei — as regras do jogo, peso político do Estado perante os poderes privados. Nessa linha limítrofe encontra-se o Aparelho do Estado que, possuidor de relativa autonomia, necessita ser pesquisado empiricamente e teorizado conceitualmente.

Embora o projeto socialista da Comuna de Paris não esteja colocado *per se*, nesse momento histórico, o fato marcante e contemporâneo refere-se à necessidade de as teorias e as disciplinas sobre a administração — como a Administração Política —, sobretudo postadas “à esquerda” no

espectro ideológico, retomarem o legado analisado por Friedrich Engels e Karl Marx, e, depois, por Lênin, quando da Revolução Russa. Essas experiências e legados demonstram a importância de — seja na realidade que vivemos, seja em outras que queiramos observar — adentrarmos no âmbito do Aparelho do Estado, na sua forma de operar, entendida como administração e gestão.

No Brasil, notadamente pós-1936 (reforma promovida pelo Departamento de Administração e Serviço Público — Dasp) e, recentemente, pós-1995 (reforma gerencial no Governo FHC), a Administração Pública foi modificada em sentidos diversos e mesmo inversos, quando comparamos os dois momentos. É necessário, pois, repensá-la à luz das experiências históricas; caso contrário, o enquadramento mental e vocabular se impõe, reduzindo a complexidade da reflexão e conseqüentemente as alternativas.

À guisa de conclusão

Vimos brevemente as preocupações de Marx e Engels quanto à forma e ao conteúdo do Estado Moderno. Quanto à substância do Estado, partiram da premissa de um aparato uniclassista, o que exigiria um esforço revolucionário para a derrubada deste Estado e paulatina construção de outro, socialista. Daí a importância da Comuna de Paris para, ao mesmo tempo, permitir uma teorização e experimentação acerca da possível transição ao socialismo, além de testar o que seria uma sociedade hipoteticamente sem propriedade, sem classes sociais e sem Estado.

No século XX, com a consolidação da chamada democracia parlamentar e eleitoral, o sufrágio ampliou-se vigorosamente, tornando o Estado policlassista, embora de forma alguma simétrico perante as classes. É nesse contexto que se deve retomar a experiência dos movimentos socialistas e sobretudo resgatar a ênfase que concederam à reflexão acerca do Aparelho do Estado e suas relações com o Sistema Político e as Políticas Públicas.

O legado da Comuna de Paris, portanto, deve, antes de tudo, ser tomado como uma experiência que implica demonstrar a todos que comungam, direta ou indiretamente, de valores igualitários, a importância de pesquisar empiricamente e refletir conceitualmente sobre a Administração, a Gestão e o Aparelho do Estado. Esses temas têm sido dominados pelas visões conservadoras, neoliberais e gerencialistas, como se o pensamento “à esquerda no espectro” não tivesse nada a contribuir sobre isso.

Por fim, uma Administração Política pode ter o condão de resgatar o legado esquecido de determinadas experiências históricas, entre as quais a Comuna de Paris e, depois, a Revolução Russa, tendo em mira nos apropriarmos de seus êxitos e fracassos, mas sobretudo termos a questão da administração e da gestão como uma agenda de preocupações fundamental à democracia e ao debate público.

Referências

- DUNOIS, A. et. al. *A Comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- FONSECA, Francisco. *O consenso forjado — a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- KEINERT, Tânia M. M. *Administração pública no Brasil — crise e mudanças de paradigmas*. São Paulo: Annablume-Fapesp, 2007.
- LISSAGARAY, Prosper-Olivier. *História da Comuna de 1871*. São Paulo: Editora Ensaio, 1991.
- MARX, Karl & Freidrich ENGELS. “A Guerra Civil na França”. In: *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, 1975.
- MARX, Karl. *As lutas de classes em França*. Lisboa: Avante, 1984.
- . *Early Writings*. Harmondsworth: Penguin Books, 1973, citado por L. Colletti.
- OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *Do princípio federativo*. São Paulo: Imaginário, 2001.
- SAGRA, Alice. *Histórias das Internacionais Socialistas*. São Paulo: Instituto J. Luís e Rosa Sundermann, 2005.
- SANTOS, Reginaldo S. *A administração política como campo de conhecimento*. Salvador-São Paulo: Mandacaru, 2004.
- WRIGHT MILLS, C. *Os marxistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

Resumo

Este artigo objetiva analisar a experiência histórica da Comuna de Paris, ocorrida em 1871 na França, quanto às mudanças introduzidas no Aparelho do Estado, no âmbito da Administração Pública parisiense. Pretende-se demonstrar que o problema da “administração” e da “gestão” faz parte da agenda histórica de preocupações das doutrinas postadas “à esquerda” no espectro ideológico, e que a predominância contemporânea das visões conservadoras e neoliberais sobre esse tema oculta as contribuições e reflexões daquelas vertentes.

Por fim, o artigo concita à reflexão sobre a Administração Política nos dias de hoje, tendo como fio condutor algumas das experiências históricas inovadoras, casos da Comuna de Paris e da Revolução Russa, entre outras.

Palavras-chave: Administração, Comuna de Paris, Aparelho do Estado, Estado, Experiências históricas.

Abstract

The article analyses the changes in the apparatus of the State from historical experience of Paris Commune of 1871. This article will intend demonstrate that the problem of administration and management is one part of historical agenda of left thought. Nowadays, the predominance of right and conservative visions about State reform eclipse the left contributions. At last the article instigates the reflection about Political Administration today from the innovative historical experiences as Paris Commune and Russian Revolution, among other.

Keywords: Administration, Paris Commune, Apparatus of State, Historical experience.